



PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA



SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)

PARECER DA AUDITORIA INTERNA

- EXERCÍCIO SOCIAL DE 2005 -

BRSTN nº 66, de 18/04/2007; Deliberação do Conselho Diretor nº 63/9999; DAC da 20/04/2007.

AUDIG  SERPRO

PARECER DE AUDITORIA INTERNA

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)

- EXERCÍCIO SOCIAL DE 2005 -

A equipe de auditoria designada realizou os exames do Balanço Patrimonial da Empresa encerrado em 31 de dezembro de 2005, bem como as suas respectivas Demonstrações de Resultados, Mutações do Patrimônio Líquido e de Origens e Aplicações de Recursos, elaboradas sob a responsabilidade de seus gestores.

Os exames foram efetuados de acordo com os padrões de auditoria geralmente aceitos e, consequentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria, julgados necessários por ocasião da realização dos trabalhos e das circunstâncias apresentadas.

Os testes realizados na documentação contábil, de acordo com os procedimentos usuais de auditoria e o consequente exame do cumprimento do regime de competência, permitiram-nos, antes da emissão do presente parecer, realizar considerações complementares às "Notas Explicativas" elaboradas pela Divisão de Contabilidade, conforme relatório anexo.

EXAMES

1. A Receita Operacional Bruta do exercício 2005 atingiu um montante de R\$ 1.233 milhões, apresentando um crescimento de 42,44% comparando-se com o resultado alcançado em 2004. O montante recebido no exercício foi da ordem de R\$ 1.315 milhões, sendo R\$ 1.175 milhões proveniente de recebimento de faturas de 2005 e de exercícios anteriores, e os R\$ 140 mil restantes referentes a outras receitas. Do total recebido em 2005, R\$ 545 milhões, ou seja, 41% ingressaram em dezembro/2005, levando a Empresa a consumir reservas financeiras para honrar suas obrigações, arcando dessa forma, com os prejuízos advindos da inadimplência de Clientes.
2. A Empresa apresentou em dezembro/2005, saldo de R\$ 372 milhões no Fundo de Aplicação Financeira, dos quais 85% foram aplicados no último mês do exercício. Considerando que em 01/01/2004, ocasião em que passou a integrar o PDG – Plano de Dispêndios Globais, a Empresa possuía aplicado R\$ 409 milhões, observamos que, pelo segundo ano consecutivo, não foi possível retornar àquele montante, fato que pode ser atribuído à utilização dessas reservas para honrar suas obrigações, conforme citado no item 1 deste parecer.
3. Os Créditos a Receber de Faturas/Duplicatas - Vencidas e a vencer atingiram, no exercício de 2005, o montante de R\$ 160 milhões, representando um incremento de 57% se comparado como o exercício de 2004. Desse valor, R\$ 107 milhões referem-se a faturas vencidas, que apresentaram um aumento de 138% em relação ao exercício anterior. Do valor correspondente às faturas vencidas, de acordo com informações

apresentadas pelos Clientes, quando da realização dos trabalhos de circularização, constatamos que, aproximadamente, R\$ 5,5 milhões haviam sido quitados ou glosados pelos Clientes, o que evidencia fragilidade dos controles internos de Contas a Receber.

4. Na conta Obras em Andamento constatamos que foram realizados os ajustes necessários à regularização das inconsistências apontadas por ocasião do parecer da auditoria emitido em 2004.
5. A conta Outros Créditos a Receber, que abriga os valores que a Empresa tem a receber de pessoal cedido, sofreu em relação ao exercício de 2004 um acréscimo de 20%. Registrarmos que de acordo com as diretrizes da Empresa os quadros SOAP e STAC foram extintos e os profissionais desses Quadros passaram a compor o Quadro PSE.
6. O acervo patrimonial da Empresa, por ocasião da apuração do inventário de 2005, apresentou um total de 224.569 bens patrimoniais. Deste total, 378 (0,17%) estão em processo de localização, sendo que 125 constaram de inventários anteriores como não localizados e aguardam encerramento dos processos de sindicância instaurados.
7. Observamos o registro em Conta de Compensação, de valores referentes ao desvio sofrido pela Empresa em 2001, objeto do processo de Tomada de Contas Especial Nº 19863.000075/2001, no valor de R\$ 1.807 mil, e do que trata de pagamento indevido, objeto do processo de POV – Programa de Desligamento Voluntário, processo de Nº 19863.000074/2001-11, no valor de R\$ 125 mil, totalizando R\$ 1.932 mil. Porém, não constatamos o registro desses valores em conta ativa, ou seja, como um direito que a Empresa tem a receber.
8. No tocante às demonstrações contábeis, observamos, em consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, a inexistência de contabilização dos valores relativos à previsão da receita no Balanço Orçamentário da Empresa, fato que causou desequilíbrio no referido demonstrativo, que deve apresentar, dentre outros dados, o montante da despesa fixada e o total da receita prevista para o período, em obediência ao compromisso de equilíbrio fiscal, bem como ao princípio da universalidade, o qual estabelece que o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas referentes aos Poderes da União, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta para o exercício financeiro (Art. 165 § 5º da CF/1988).

RECOMENDAÇÃO

Em consequência dos trabalhos realizados e, considerando o registro efetuado no item 3, elaboramos recomendação dirigida às Diretorias Supervisoras das Unidades de Relacionamento com Clientes.

1 - Às Diretorias Supervisoras das Unidades de Relacionamento com Clientes:

Apesar das justificativas apresentadas pelas áreas auditadas em decorrência dos trabalhos realizados por esta Auditoria, envolvendo a circularização de clientes do SERPRO, que apresentavam débitos com a Empresa em 31/12/2005 e, considerando o acréscimo apresentado de 138%, no que tange às faturas vencidas, bem como o valor considerável de

R\$ 5,5 milhões de faturas já quitadas ou glosadas, as quais permanecem pendentes nos registros da Empresa, recomendamos, a essa Diretoria, estabelecer mecanismos mais eficazes de cobrança das faturas vencidas, e determinar às controladorias das Unidades de Relacionamento com Clientes e demais áreas envolvidas, a adoção de procedimentos e controles mais eficientes, no sentido de manter os registros internos de contas a receber de clientes rigorosamente atualizados.

CONCLUSÃO

Toda a documentação examinada está revestida das formalidades legais, e os registros contábeis estão refletidos no Balanço Patrimonial e nas correspondentes Demonstrações, em conformidade com as normas vigentes e os princípios fundamentais de contabilidade, aplicados de maneira uniforme em relação ao exercício anterior.

Excetuando a Recomendação expressa no item 1, somos de parecer que as referidas demonstrações contábeis representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2005.

Brasília, 03 de março de 2006


Angelo José Bezerra
Auditor Geral
CRC/DF - 7561


Fernando César da Silva
Coordenador de Auditoria Lógistica e Financeira
CRC/DF - 010564/0-8